

CRISE E OPORTUNIDADE

CRISIS AND OPPORTUNITY

*Célio dos Santos Ribeiro**

Resumo: Com o conceito de pós-modernidade e da evolução do humano enquanto ser social ressalta a idéia de liberdade a partir da mitologia e da filosofia. Neste artigo, será analisado o processo de transição histórica do teocentrismo para o antropocentrismo, especificando as origens do Direito e suas implicações na sociedade moderna com efetivação do poder estatal. A seguir será examinada a crise do Estado moderno e apresentados caminhos para um novo modelo de sociedade.

Palavras-chave: Liberdade. Razão. Dogma. Estado. Educação.

Abstract: With the concept of post-modernity and the evolution of humans as social beings, it makes evident the idea of freedom from the mythology and philosophy. This scientific paper will analyze the historical process of transition from theocentrism to anthropocentrism, specifying the sources of Law and its implications in modern society with effective state power. The following will examine the crisis of the modern State and, then, presented ways for a new model of society.

Key words: Freedom. Reason. Dogma. State. Education.

* Mestre em Teologia Dogmática e Graduado em Filosofia. Professor da disciplina Filosofia do Direito no Curso de Direito da Universidade Regional de Blumenau - FURB. Atualmente pesquisa o fenômeno religioso no sistema prisional catarinense com a temática *Buscar no poder religioso o que é impossível encontrar no poder estatal*: uma análise da falência do Estado democrático de Direito. E-mail: celio@furb.br.

1 INTRODUÇÃO

Muito se fala de pos modernidade. É a era de ciborgues que assumem funções que eram exclusivamente dos humanos. As grandes transformações permitem falar de mudança global. Diferente das revoluções agrícola e industrial, máquinas inteligentes administram e produzem em maior escala, com maior eficiência e sem exigir direitos trabalhistas. As conexões permitem experiências virtuais, até místicas. O “não conectado” está excluído! A biotecnologia e manipulação genética rompem todos os limites. Emprego e salário começam a entrar em extinção. O contrato social da modernidade industrial não funciona mais. O poder estatal passa a ser ridicularizado. Há uma crise de civilização e mudanças culturais, sociais, econômicas, políticas e também religiosas.

No entanto, o que somos e vivemos tem suas origens no momento em que o humano passou a viver em sociedade (Período Neolítico, aproximadamente, a partir de 10.000 a. C.) e usufruir do poder da razão. A liberdade tão visível no Paleolítico (Período anterior a 10.000 a. C.) deu lugar à dúvida que envolve o agir humano. De onde viemos? Para onde vamos? Como devemos agir? Estas dúvidas existenciais propiciaram ao humano a infinita busca por conceitos e ou “verdades”. Da pré-modernidade (envolvida pelo mito e a Religião) à pós-modernidade (estruturada na razão) o humano tem buscado a eliminação das mesmas dúvidas.

A pré-modernidade – antigüidade e idade média – foram estritamente teocêntricas e frágil em liberdade, apesar do processo de gestação do saber filosófico. Na modernidade ocorreu a afirmação da individualidade. A razão instrumental analítica mostrou seu poder antropocêntrico e destruidor, na quebra de quase todos os ecossistemas e na produção de ideologias totalitárias. A pós-modernidade é tempo de pós-naturalismo, de pós tudo o que está vinculado à religião. Há espaço para dogmas? O agir humano na realidade social pode ser limitado pelo Direito ou o direito, ainda é instrumento limitador do agir em sociedade?

2 MITO E A PROBLEMÁTICA DO AGIR EM SOCIEDADE

A primeira tentativa histórica de explicar a realidade humana ocorreu através de uma narrativa original, tradicional, integrante de um meio cultural, que utiliza elementos simbólicos e sobrenaturais para explicar o mundo e dar sentido à vida humana. Essa narrativa passou a ser denominada de mito (base fundamental dos jusnaturalistas como Rosseau, Kant, Grocio e Locke).

Conforme Mircea Eliade, o mito conta uma história sagrada, revelando um acontecimento ocorrido no tempo primordial. O mito narra como, graças às façanhas dos entes sobrenaturais, uma realidade.¹ E enquanto parte da realidade humana, diversos são os temas antropológicos que a mitologia analisa, debate e apresenta uma explicação. Sendo assim, a questão da liberdade poderá ser encontrada nesta forma original de produzir o conhecimento.

O mito se opõe ao saber racional, se aproxima do dogma. Acredita-se ou não, conforme a própria vontade, mediante um ato de fé, caso pareça belo ou verossímil, ou simplesmente porque se quer acreditar. O mito atrai em torno de si toda parcela do irracional existente no pensamento humano.

A força da mensagem do mito reside, portanto, na capacidade que os mesmos têm de sensibilizar as estruturas profundas, inconscientes, do psiquismo humano. Relatando uma série de deuses, heróis e o envolvimento desses com a realidade humana, foi originada uma rica mitologia, constituída por um conjunto de lendas e crenças que, por princípios simbólicos, fornece explicações para a realidade universal, inspirando a arte, a história, a filosofia, a antropologia e principalmente a teologia.

3 AGIR A PARTIR DO MITO DA ORIGEM DOS HEBREUS

Nas primeiras páginas do livro do Gênesis podemos encontrar o mito de Adão e Eva. O mesmo narra que o Criador a partir da argila origina o homem. Diante da solidão, o Criador adormece o homem e tira uma das costelas da criatura e dá origem a mulher. Após a criação, o Criador os coloca num paraíso², concedendo aos humanos o poder sobre toda criatura, com o direito de usufruir dos frutos do paraíso. No entanto, havia uma norma: *os humanos não poderiam comer do fruto da árvore da vida*, caso contrário perderiam a imortalidade.

Esse mito foi interpretado de diversas formas. A tradição judeo-cristã fez de forma moralista, expressando a idéia de pecado original ou desobediência a uma lei divina. Assim, justificou o machismo, crucificando a mulher com a figura de Eva e relacionou a mulher com uma espécie de mal-demoníaco.

Todavia, aqui a leitura do mito é antropológica e filosófica. Com este estilo de leitura, podemos afirmar que a teologia não pode cair num processo de isolamento, caso contrário, a mesma pode cometer os mesmos erros medievais, tornando-se errônea e arrogante.

A partir do mito mencionado, é possível encontrar o ato supremo do ser humano. Diante da proibição, o homem e a mulher têm o prazer de violar o interdito, de fazer a coisa proibida. Não existe tentação maior. O humano viola, descobre a sua liberdade, se transforma e se identifica enquanto ser humano. Isso faz com que o texto teológico seja grandioso, revelador da essência da liberdade. Pela atitude corajosa de romper com a moral estabelecida, o homem e a mulher tornam-se sujeito da história e se identificam enquanto seres inacabados, abertos à evolução.

4 NÃO SOMOS LIVRES?

As expressões necessidade, fatalidade e determinismo significam que não há espaço para a liberdade, porque o curso das coisas e da vida está delimitado, sem a possibilidade de uma intervenção. Contingência e acaso significam que não há lugar para a liberdade, porque não há curso algum das coisas e da vida humana sobre a qual se pode intervir. Diante dessa árdua angústia, é possível encontrar uma brecha que lance o ser humano à liberdade?

Ninguém escolhe para viver em determinada época, num determinado país, numa determinada família, com um corpo determinado e com uma sexualidade determinada. As condições do nascimento e da vida do ser humano fazem do mesmo o que ele é: ações, desejos, sentimentos, intenções, condutas enquanto resultados dessas condições. Nada resta ao ser humano a não ser obedecê-las, sem esquecer que o humano é um ser situado em uma sociedade determinada, a qual tem normas definidas, sejam de ordem natural ou histórica. Como então afirmar que o ser humano é um ser livre?

Na história, *necessidade e contingência* foram representadas por figuras da mitologia grega. Primeiro pelas três Parcas ou Moiras (Cloto, Láquesis e Átropos)³, representando a fatalidade, isto é, o destino inelutável de cada ser humano, do nascimento à morte. Uma das Parcas era representada fiando o fio da vida, enquanto a outra o tecia, a terceira o cortava. A contingência (ou o acaso) era representada pela Fortuna, mulher volúvel e caprichosa, que trazia nas mãos uma roda, fazendo-a girar de tal modo que quem estivesse no alto (a boa fortuna ou a boa sorte) caísse (infortúnio ou má sorte) e quem estivesse em baixo fosse elevado. Inconstante, incerta e cega, a roda da Fortuna era a pura sorte, boa ou má, contra a qual nada se poderia fazer.

4.1 LIVRE ARBÍTRIO ARISTOTÉLICO: O AGIR SUBJETIVO

Aristóteles (384-322 a. C.) diz que é livre aquele que tem em si mesmo o princípio para agir, isto é, aquele que é causa interna de sua ação ou da decisão de não agir. A liberdade é concebida como o poder pleno e incondicional da vontade para determinar a si mesma ou

para ser autodeterminada. É pensada, também, como ausência de constrangimentos externos e internos, isto é, como uma capacidade que não encontra obstáculos para se realizar, nem é forçada por coisa alguma para agir. Trata-se da espontaneidade plena do agente, que dá a si mesmo os motivos e os fins de sua ação, sem ser constrangido ou forçado por nada e por ninguém. Logo, toda ação humana deliberada tem por objetivo um determinado fim ou bem e daí resulta a concordância em dar o nome de felicidade ou bem-estar ao bem supremo⁴.

Assim, na concepção aristotélica, a liberdade é o princípio para escolher entre as alternativas possíveis, realizando-se como decisão e ato voluntário. Contrariamente ao necessário ou à necessidade, sob a qual o agente sofre a ação de uma causa externa que o obriga a agir sempre de uma determinada maneira, no ato voluntário livre o agente é causa de si, isto é, causa integral de sua ação. Com isso, é possível dizer que a vontade livre é determinada pela razão ou pela inteligência, nesse caso, seria preciso admitir que não é causa de si ou incondicionada, mas que é causada pelo raciocínio ou pelo pensamento.

4.2 AGIR LIVREMENTE: POSSIBILIDADE OBJETIVA

O possível não é apenas uma coisa sentida ou percebida subjetivamente por uma pessoa, mas é também e, sobretudo, alguma coisa inscrita no coração da necessidade, indicando que o curso de uma situação pode ser mudado pela própria pessoa, em certas direções e sob certas condições. A liberdade é a capacidade para perceber tais possibilidades e o poder para realizar aquelas ações que mudam o curso das coisas, dando-lhe outra direção ou outro sentido. Em qualquer concepção de liberdade sempre deverá ser levada em consideração as tensões existentes entre a própria liberdade e as condições naturais, psíquicas, culturais, econômicas, sociais e políticas.

O possível não é provável. Este é o previsível, isto é, algo que podemos calcular e antever, porque é uma probabilidade contida nos fatos e nos dados que analisamos. O possível, porém, é aquilo criado pela nossa própria ação. É o que vem à existência graças ao nosso agir. No entanto, não surge como milagre e sim como aquilo que as circunstâncias abriram para nossa ação. A liberdade é a consciência simultânea das circunstâncias existentes e das ações que, suscitadas por tais circunstâncias, nos permitem ultrapassá-las.

O mundo, a vida e o presente formam um campo de condições e circunstâncias que não foram escolhidas e nem determinadas por cada pessoa. No entanto, esse campo teve um passado, tem um presente e terá um futuro, cujos vetores ou direções já podem ser percebidos ou mesmo adivinhados como possibilidades objetivas. Diante desse campo, é possível assumir duas atitudes: a coragem de afirmar que *estamos condenados à liberdade* para mudarmos o rumo em qualquer direção que desejamos ou aceitar o drama e resignação de que *nada podemos* fazer diante da norma dogmatizada.

A liberdade, porém, não se encontra na coragem do “*tudo posso*”, nem no conformismo do “*nada posso*”. Encontra-se na disposição para interpretar e decifrar os vetores do campo presente como possibilidades objetivas, isto é, como abertura de novas direções e de novos sentidos a partir do contexto em que a pessoa está inserida. Nada melhor do que um poema de Manuel Bandeira para expressar essa idéia:

Quando o enterro passou
Os homens que se achavam no café
Tiraram o chapéu maquinalmente
Saudavam o morto distraídos
Estavam todos voltados para a vida
Absortos na vida
Confiantes na vida

Um no entanto se descobriu num gesto largo e demorado
Olhando o esquife longamente
Este sabia que a vida é uma agitação feroz e sem finalidade
Que a vida é uma traição
E saudava a matéria que passava
Liberta para sempre da alma extinta.⁵

Trata-se de um poema no qual o poeta reconhece que o ser humano é um projeto infinito, como ele próprio imaginara.

5 DETERMINISMO, PODER E LIBERDADE

Diretamente influenciada pelo catolicismo, a mentalidade dominante no período medieval (Séculos IV-XV) e ou parte da pré-modernidade concebia um modelo de ser humano e de sociedade obediente ao poder religioso e voltado às especulações do mundo espiritual. Duas estruturas de poder fizeram história de mãos dadas: de um lado o poder do Estado pontifício e de outro os poder do Estado monárquico. A justificativa era religiosa ou determinismo histórico, isto é, o poder emanava de Deus e quem direcionava a palavra de Deus, fazia e desfazia. Tudo era porque Deus queria que fosse. A divindade medieval era domesticada e justificativa para qualquer prática militar, tributária ou jurídica de quem tinha poder.

Assim, foi edificado um Direito como expressão da vontade de quem havia tomado posse do “poder divino”. Em nome da divindade, foi instaurada a norma e o processo, enquanto mecanismos de proteção da economia feudal, do sistema religioso e da nobreza. Quem não fosse fiel a norma era herege ou fora da lei. Aos desobedientes restava o processo “justo” na ótica de quem detinha o poder e/ou da norma estabelecida. E pelo poder de aplicar a norma, decidia-se pela vida ou pela morte daqueles que eram contrários a ordem estabelecida.

Com o florescimento do comércio, o desenvolvimento da burguesia e o avanço protestante a partir do século XV, formulou-se um novo modelo de ser humano e de sociedade que foi substituindo a arrogância medieval. Em vez de um mundo *teocêntrico*, o *antropocentrismo* pré-socrático era ressuscitado. Em vez de um mundo explicado pelas verdades reveladas, as explicações passaram a ser dadas pelas verdades estabelecidas pelo racionalismo e pela ciência experimental. Em vez do ideal de coletividade fraternal do cristianismo, o mundo passou a ser marcado pelo individualismo nacionalista, estruturado sob as bases dos estados modernos. Era a modernidade que chegava e trazia uma severa crítica ao teocentrismo. Mas a crítica mais severa pode ser encontrada entre os existencialistas.

5.1 SOREN KIERKEGAARD (1813-1855)

Kierkegaard procurou analisar os problemas da relação existencial do homem com o mundo, consigo mesmo e com Deus. As relações do homem com o mundo – outros seres humanos e a natureza – são dominadas pela angústia. A angústia é entendida como o sentimento profundo que temos ao perceber a instabilidade de viver num mundo de acontecimentos possíveis, sem garantia de que nossas expectativas sejam realizadas. No possível, tudo é possível. Assim vivemos num mundo onde tanto é possível a dor como o prazer, o bem como o mal, o amor como o ódio, o favorável como o desfavorável⁶.

A relação do ser humano consigo mesmo é marcada pela inquietação e pelo desespero. Isso por duas razões fundamentais: ou porque o homem nunca está plenamente satisfeito com as possibilidades que realizou, ou porque não conseguiu realizar o que pretendia, esgotando os limites do possível e fracassando diante de suas expectativas.

Diante do desespero e da angústia, as alternativas restantes são: permanecer na angústia ou buscar fora da realidade, na ilusão, o que é impossível na realidade. Sendo assim, como fica a questão da liberdade? O ser humano é livre ou determinado a viver uma relação com Deus? Esta relação seria talvez a única via para a superação da angústia e do desespero. Contudo é marcada pelo paradoxo de compreendermos pela fé o que é incompreensível pela razão.

5.2 FRIEDRICH WILHELM NIETZSCHE (1844-1900)

Do pensamento de Nietzsche não escapou nem mesmo a própria filosofia, reduzida a pedaços. Em sua análise, no momento em que o cristianismo deixou de ser a única verdade para se tornar uma das interpretações possíveis do mundo, toda civilização e seus valores absolutos foram colocados em xeque. Com a crise dos valores morais, cria o niilismo. Ser

niilista significa não crer em qualquer verdade moral ou hierarquia de valores. O niilismo de Nietzsche baseava-se na afirmação da *morte de Deus*, isto é, na rejeição à crença de um ser absoluto capaz de traçar *um caminho, a verdade e a vida* da pessoa humana. Em consequência, Nietzsche proclama a ruína dos valores tradicionais que sustentavam a moral católica e negava a idéia de progresso ou a crença num futuro glorioso. O niilismo de valores fez surgir o *niilismo existencial*, a experiência de que não vale a pena viver⁷. A vida é uma dor sem sentido. Através da *doutrina do eterno retorno*, Nietzsche pensara na superação do niilismo, pois acreditara na vontade humana (liberdade) e na capacidade do ser humano de produzir valores afirmativos da vida.

5.3 JEAN PAUL SARTRE (1905-1980)

Para Sartre, se o ser humano fosse um ser cheio, total, pleno, com uma essência definida, ele não poderia ter nem consciência e nem liberdade. Primeiro porque a consciência é um espaço aberto a múltiplos conteúdos. Segundo, porque a liberdade representa a possibilidade de escolha. Por intermédio dela, o ser humano revela suas aspirações por algo que ele ainda não é. Assim, se o ser humano não expressasse *esse vazio de ser*, sua consciência já estaria pronta, acabada, fechada. Tampouco poderia manifestar a liberdade, pois estaria totalmente preso à realidade estática do ser pleno. Por isso, o ser humano tem como característica específica o *não ser*, algo indefinido e indeterminado.

Por esse motivo não é possível falar da existência de uma *natureza humana universal*, mas sim de uma condição humana, isto é, o conjunto de limites a priori que esboçam a sua (do ser humano) situação fundamental no universo. As situações históricas variam: o homem pode nascer escravo numa sociedade pagã ou senhor feudal ou proletário. Mas o que não varia é a necessidade para ele de estar no mundo, de lutar, de viver com os outros e de ser mortal.⁸

Todavia, o valor fundamental da condição humana é, segundo Sartre, a liberdade. É o exercício da liberdade, em situações concretas, que impulsiona a conduta humana, que gera a incerteza, que leva à procura de sentidos, que produz a ultrapassagem de certos limites.

6 A FORÇA DA RAZÃO: HORA E VEZ DO ANTROPOCENTRISMO

Descartes é um dos principais vultos do Racionalismo. Sua filosofia foi revolucionária no século XVII quando defendeu que, utilizando o método certo, através da razão, a que ele também chama "luz natural", era possível chegar à verdade. Este método é

descrito numa das obras deste racionalista: "O Discurso do Método". Assim, através de regras como o percorrer o caminho para o conhecimento sempre "do mais simples para o mais complexo,..." e o dar prioridade às idéias que, com mais clareza e distinção, se apresentam ao nosso espírito, porque são inatas, já nasceram conosco, a razão humana pode, independentemente da experiência, chegar ao verdadeiro conhecimento.

Para os racionalistas, a forma correta de legitimar, ou argumentar, uma idéia é o método lógico utilizado pelos matemáticos, onde a proposição que se quer fundamentar é deduzida, segundo as regras da lógica formal, a partir de proposições mais gerais e verdadeiras que garantem a verdade da proposição a demonstrar. A lógica assegura a verdade absoluta das proposições que se quer demonstrar, uma vez que ela se limita a extrair de proposições gerais, aquilo que nelas já está contido e, assim, se as proposições de partida são verdadeiras, aquilo que a lógica delas deduz é necessariamente verdadeiro.

Descartes pretendia a unificação de todas as ciências, baseando-se para isto na generalização do método racional a todas as áreas, não porque tivessem o mesmo objeto, mas porque tinham o mesmo método. A história da ciência acabou por não dar razão a Descartes e as ciências da natureza, apesar de recorrerem ao raciocínio lógico, não dispensam hoje o recurso à experiência como forma de validar as idéias da razão, distinguindo-se estas da matemática pelo seu caráter experimental, e não formal.

Após Descartes afirmar que pensando o humano pode enfrentar os desafios que interferem na vida humana, ganhou força a razão. As religiões perderam espaços, o humano saiu da margem para ocupar o centro da história. A contestação virou movimento filosófico para o acontecer da ciência e da tecnologia.

A modernidade propiciou avanços e regressos. O mundo, a economia, o corpo e a sexualidade que eram vistos como frutos do pecado e desumanização passam a viver em harmonia. Pregando a bondade da criação, a modernidade afirmava a beleza do mundo e sua autonomia. O ser humano passou a caminhar com suas próprias pernas.

Todavia, a razão crítica tomou para si o monopólio do verdadeiro humanismo. Ela ia construir a sociedade fraterna, em vez do "reino de Deus", projetou "o reino do homem".

Por ser o poder algo afrodisíaco às instituições, os burgueses apresentaram as teses do "contrato social", que nada mais é do que a perfeita justificativa para a idéia de Estado moderno. Com a morte do Estado pontifício ocasionada pela Reforma política protestante e com a morte do Estado monárquico ocasionada pela Revolução política francesa, o Estado de Direito é gestado, mas com mais força e mais poder. Na pré-modernidade o poder era dividido em duas instituições (Estado pontifício e Estado monárquico), na modernidade um só ente tem todo o poder.

7 PAPAÍ NOEL E O PODER

Amparados em Hobbes (1588-1679), Montesquieu (1689-1755) e Rousseau (1712-1778), vivemos o amargo tempo de depositar nossas esperanças no poder do Estado moderno. Na política, messias de todos os cantos, com demasiada hipocrisia, apresentam soluções necessárias aos problemas que o próprio poder gestou. Os discursos seguem o mesmo método e falácia envolvendo educação, saúde, transporte, segurança. Os mesmos de sempre tem sempre a mesma sede pelo poder instituído. Será que tal “poder” tem legitimidade?

Em Hobbes encontramos o início do que vivemos. No *De Cive*, podemos constatar dois elementos constitutivos: o convencionalismo ético e o pessimismo antropológico. O primeiro é cria do segundo. No pessimismo antropológico o filósofo ressalta o autêntico sentimento humano, o estado de natureza, a causa dos conflitos, um estado permanente de guerra porque cada um pretende para si tudo o que pode ter, sem considerar os demais. No *Leviatã* complementa sua tese afirmando que “todos têm igual direito”, logo veio a corrida pelo “ouro”, é a guerra de todos contra todos. Assim, se busca um instrumento facilitador para a vida em sociedade, o Estado, mesmo cientes que o mesmo não passa de um “Papai Noel” com o saco cheio de promessas.

Já que o poder nas mãos de um só deu origem ao “Estado que chamo de Papai Noel”, ainda engolimos, com o auxílio de Montesquieu, a divisão do poder em Executivo, Legislativo e Judiciário. No entanto, foi um “tiro no pé”, pois o poder no plural significa a origem da burocracia. E agora, a quem iremos? Onde buscar a Defensoria Pública, moradia para todos, acesso à educação universitária? No Pai Noel? Quem sabe o retorno ao poder da consciência popular, bem definido por Nietzsche (1844-1900) na Doutrina do Eterno Retorno. O mesmo sabia que o hipotético tempo da inocência e da igualdade não pode ser alcançado meramente com uma volta à era das cavernas, mas acreditava numa recuperação coletiva.

Destarte, resta então, o resgate da democracia no sentido literal da palavra (governo do povo) para que novidades sejam gestadas e o poder seja realmente emanado do povo.

É injusto qualificar de corruptos todos que dispõem de uma parcela de poder. Mas não há dúvida de que o poder transtorna, em qualquer escala: síndicos, chefes, gerentes, diretores, dirigentes sindicais, centros acadêmicos, colegiados de universidades, deputados ou bispos. Para muitos, o poder é a suprema ambição. É a mais perversa maneira de se comparar a Deus. Há homens que, fora do poder, sentem-se terrivelmente humilhados, expulsos do Olimpo dos deuses. Como é difícil voltar ao que se era! O presidente Getúlio Vargas preferiu meter uma bala no coração a ver-se destituído de poder.

E o Direito? Esse é mais puro resultado das relações de poder estatal através das instituições. Orquestrando todo esse projeto utópico e “moderno” estava o direito e/ou a norma constitucional, apogeu da modernidade. Resgatou para si os mesmos mecanismos da pré-modernidade: o direito posto pelo poder instituído e o processo, mecanismo para selecionar o que é povo na ótica de quem tem o poder e excluir o que é marginal. Pela arte inquisitorial moderna impõem-se limites ao agir humano.

Para Hans Kelsen (1881-1973), o Estado é “... uma ordem coativa, um conjunto de normas que se fazem valer contra os transgressores até mesmo recorrendo à força...”⁹ Assim, o Estado é considerado, meramente, uma técnica de organização social, que pode ser manipulada para vários objetivos, dependendo de quem estiver no controle do poder. Preocupado em saber o que é e como é o direito, Kelsen afirma que seu estudo científico implica, apenas, na compreensão de sua estrutura e de sua natureza, libertando a ciência jurídica de tudo que lhe é estranho: psicologia, sociologia, ética e política. Seguindo essa visão kelsiana, podemos concluir que o Direito seria, na verdade, a norma jurídica.

Kelsen admite que o Estado é o próprio Direito¹⁰. Sendo assim, limitar o poder do primeiro significaria opor limitações ao outro, o que seria absurdo, segundo ele. Só que essa idéia é controvertida, já que sendo o Direito, por sua própria natureza ilimitado e identificando-se com o Estado, ilimitado também se tornará o poder deste, inclusive para gerar o Direito que, paradoxalmente, por mais cruel que fosse, por mais que se afastasse das idéias de justiça, continuaria sendo Direito porque, para deixar de ser Direito, teria que não ser Estado. Outra conseqüência seria a negação do direito de resistência à opressão do Estado, já que se o Estado é o próprio Direito, qualquer resistência que lhe contrariasse significaria atentar contra o próprio Direito. Segundo Clovis de Souto Goulart, reconhecer que o poder estatal comporta limitações, mas sustentar que essas limitações são colocadas pelo próprio Estado, chega a ser inseqüente, porque equivaleria dizer: o Estado pode tudo, mas nem sempre põe em ação todo seu poder; pode, se quiser, aniquilar, submeter, escravizar o homem, mas não o faz porque é magnânimo. E é de sua magnanimidade que os indivíduos, os súditos, como uma dádiva do deus político, adquirem alguns direitos.

Para termos uma noção mais exata do que é a experiência jurídica, recorreremos a Miguel Reale, que explana: o direito e a experiência jurídica seriam uma só coisa, mas ela é antes a compreensão do ‘direito in acto’, com efetividade de participação e de comportamentos, sendo, pois, essencial ao seu conceito a vivência atual do direito [...]. Trata-se, por conseguinte, de uma compreensão necessária do direito, enquanto este não pode ser reduzido à simples vigência normativa ou mero juízo lógico preceptivo, - que o mutilaria em sua essência -, mas deve ser interpretado como real processo de aferição dos fatos em suas conexões objetivas de sentido.¹¹

Todavia, este messianismo da norma e razão não atingiu a meta que se propôs. A crise se fez notada pela perda de incidência das práticas políticas na sociedade. A visão linear da história, subjacente à idéia da “construção do paraíso mediado pela razão, perdeu substância e relevância. A mesma não contou com a contingência e as ambigüidades da história concreta. Querendo construir na terra “o Paraíso imaginado”, seus adeptos fugiram apressadamente das incertezas da história para abrigar-se na paz ilusória de uma proposta definitiva. Exigiram para a sua prática todo respeito da presença do absoluto, mas uma vez mal sucedidos, sentiram-se frustrados.

Bem afirmou o amigo educador Ruben Alves, que como bom mineiro falou através do Sermão dos pássaros: “*o terror vem... os campos são desertos verdes*”. Coleirinhas, bente-vis e curruíras são mais espertas e não se atrevem a permanecerem entre as pesticidas anexadas às plantas. Eis ao vivo e em cores os sinais da modernidade. Com a força da razão, o humano moderno foi ampliando a confiança em si mesmo e na liberdade de pensamento. Muitos pensadores passaram a lançar novas teorias sobre os mais diversos assuntos: homem, Deus, Terra, tecnologia, cálculos, sociedade, Lei, Direito, etc. À medida que se fortalecia e formulava críticas ao Antigo Regime, a burguesia foi desenvolvendo sua própria ideologia, tendo por base a Idéia de que “o Estado só é verdadeiramente rico se for internacionalmente poderoso; para ser internacionalmente poderoso, precisa expandir as atividades capitalistas, e só expande as atividades capitalistas se der liberdade e poder social para a burguesia.”¹²

Foi esse argumento burguês que, investindo implicitamente contra os privilégios da nobreza, corroeu, aos poucos, o equilíbrio das forças sociais do Estado absolutista e do Antigo Regime. Ao mesmo tempo propiciou o surgimento de movimentos políticos, sociais e culturais, que conduziram o globo ao caminho da corrida pela independência dos Estados e ao acúmulo de capital originado pela Revolução Industrial, que resultou no fortalecimento da burguesia enquanto classe dominante e ao proletariado enquanto força de trabalho dominada. De fato, o elemento essencial das desigualdades internacionais é a super exploração da força de trabalho, de onde se originam as violentas desigualdades sociais.

8 O FUTURO CHEGOU: PARA ONDE VAMOS?

Se a CNN, a Cabe News Network ou rede global de TV, deu o início à informação em escala planetária, é a internet, a rede de computadores, que tecem dia após dia, vínculos crescentes entre os que estão nela plugados. Tece para o bem ou tece para o mal. São sistemas semelhantes a internet que permitem a cada bolsa de valores saber a todo momento o que ocorre nas demais bolsas, por remotas que sejam. São estes sistemas que permitem às multinacionais o conhecimento real do mercado globalizado.

A globalização diminui as distâncias, mas lança o mundo na era da incerteza. Não há alternativas, estamos envolvidos numa política econômica de dominação estrangeira, cujo império será sempre americano?

Quando muitos acreditavam que o capitalismo tinha ganhado o jogo ideológico diante do socialismo e que o poder do capital e o consumismo era o caminho para a paz, veio a crise econômica na aldeia global e uma possível solução inesperada: a estatização de bancos.

Isso é capitalismo ou socialismo? Se o Estado, o Leviatã de Thomas Hobbes (1588 – 1679), decidiu comprar a quantidade de ações necessárias de bancos para salvar a economia global, isso já não é mais capitalismo.

A raposa Bush não tinha recentemente apresentado críticas à política de estatização de empresas na Venezuela e na Bolívia? O capitalismo deixou de ser o caminho, a verdade e a vida para o império estadunidense?

Destarte, o que vivenciamos em outubro de 2008, pode ser apenas mais uma fase suplementar do processo de internacionalização do capital industrial, desencadeada a partir da crise econômica. Estamos diante de um novo modo de funcionamento sistêmico do capitalismo mundial ou, em outros termos, de uma nova modalidade de regime de acumulação e de exclusão. O mundo nunca foi tão pequeno, apesar de porteiças, cercas e muros de separação permanecerem. É tempo de pós-modernidade, momento em que as distâncias são eliminadas, as fronteiras evoluem e a velha luta de classes persiste.

A especulação financeira vive uma explosão sem precedentes, somada ao barateamento do dólar e à popularidade do mistério das bolsas de valores. Paralelamente começa a esboçar uma convergência entre infra-estrutura de comunicação e a mídia, à medida que ambas se digitalizam sem limites. É essa conjunção que torna possível um mundo globalizado, cuja ideologia provém do mercado que apela por mais mercado. É um modelo econômico determinista que enriquece cada vez mais os ricos e aumenta incondicionalmente a grande parcela dos empobrecidos, fazendo da espécie humana um ser que só tem boca para consumir.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições recebem todas as espécies de críticas, perdendo credibilidade e ao mesmo tempo a legitimidade e o poder. Todavia, os conflitos, o desespero e a angústia ferem o coração do humano carente novos caminhos. Que alternativa ainda há?

a) O caminho antigo das religiões

A fé é coisa do passado? Por todos os cantos crescem críticas às experiências religiosas. O humano vem assumindo funções exclusivas de divindades ao manipular para o bem estar de alguns a própria espécie. As Igrejas européias tornaram-se museus? E as nossas? Até quando permanecerão? O subjetivismo empolgado pelo hedonismo exacerbado se propaga ao vivo e a cores.

O ataque às torres de Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001, seguido das reações que levaram à guerra, judeus e palestinos em Israel, aos massacres no Afeganistão, no Iraque e no Líbano, surgiu rapidamente um clima, onde se passou a identificar a religião enquanto fonte de terrorismo.

O antigo “império do mal”, expressão com que o presidente norte-americano Ronald Reagan estigmatizava o império russo, foi substituído por George W. Bush, pela expressão “eixo do mal”, colocando, no mesmo saco, vários países islâmicos (Iraque, Irã, Síria, Líbia, e um país comunista, Coréia do Norte).

Na convocação internacional para lutar contra o terrorismo, o nobel da paz, Barack Obama, enviou milhares de soldados, como cruzados sedentos por sangue e poder, ao oriente.

b) O caminho da pluralidade

Hoje sabemos que no mundo rural ou nas pequenas cidades do interior se vivia bem do discurso clerical ou do discurso do Estado-juiz e/ou das palavras demagogas do prefeito. Ali as instituições decidiam sobre o pensar e o agir das pessoas.

Quando alguém deixava o sítio ou o pequeno vilarejo para estudar, ficava famoso. Era o moço ou a moça educada que vinha da capital. No retorno, o rótulo era o de padre, freira, doutor advogado ou médico, mesmo que não tivesse sequer tentado passar pelo drama de um programa de doutoramento. No sítio ou na vila a fama se espalhava. O povo ficava encantado com a nova autoridade. Era motivo de orgulho para a vizinhança.

Todavia, o mundo mudou, tem muita coisa nova e clama por novidades. O mercado cada vez mais exigente busca por currículos de profissionais com mestrados e doutorados. A entrada da física de Newton e a revolução copernicana destruíram para sempre a venerável imagem do mundo rural. O espaço sideral não é mais o cosmos grego, no qual cada astro era uma divindade ou objeto de definição da cristandade. A revolução tecnológica, em íntima relação com o saber filosófico e científico, fez que se passasse de uma produção à base da

força humana e animal para a crescente importância da máquina, da robótica e da inteligência artificial. Vivencia-se uma farândola de descobertas e uma intensa crise.

A Crise é fato que se desloca do capital financeiro para o setor produtivo, gerando desemprego na cidade e no campo. Suas causas: o sistema neoliberal globalizado, o fracasso do Estado moderno e do Estado-juiz, a falta de ética na economia, a especulação financeira e o consumismo exacerbado que compromete a justiça social e o equilíbrio ambiental. A Crise atinge sobretudo os trabalhadores mais pobres, as pequenas e médias empresas, aumentando a migração para o trabalho informal, a insegurança, o medo, a violência e o caos do sistema prisional.

Na sociedade pós-moderna é perceptível o individualismo, o subjetivismo, o hedonismo, o consumismo e a lastimável busca pela auto e doentia promoção pessoal a qualquer custo. A mais horrível dessas é a última, visto que a mesma tem sido a causa dos grandes conflitos sociais. Tem sido comum a tentativa de um procurar ser mais do que outro. Na família, um filho procura ser mais do que o outro. Na igreja, o espírito do serviço vem perdendo lugar para palcos. Na mídia, a corrida pelo sucesso a qualquer preço vem substituindo a ética pelo pragmatismo. Deste modo, a sociedade propicia ainda mais a exclusão social e econômica, as mais cruéis fontes de problemas como fome, miséria, drogadição, acesso à universidade, saúde pública e insegurança pública.

c) O caminho suave da educação

Em tempos de pós-modernidade, perguntar pela Universidade e que caminho/os a mesma segue é algo desafiador. Podemos constatar três caminhos e ou tendências educacionais. Primeiro a tendência tradicional-liberal, que não corresponde mais com os anseios do século XXI, visto que o universitário pós-moderno não tem mais a família enquanto “fonte moral”; a Religião enquanto “fonte doutrinária” e o Estado enquanto “fonte de soluções”. A seguir defendem uma tendência pós-moderna, aquela carregada de complexidades, que acolhe desafios, sem cair no engodo da “Escola Messiânica”, a Universidade caminho, verdade e solução para a vida e ou redentora. E depois, arriscamos falar ou relatar uma novidade que é mais modismo do que novidade, isto é, a prática e o marketing de uma Universidade institucionalizada no modelo empresarial.

A tendência progressista, além de questionar o sistema tradicional-liberal, que está muito presente e não desaparecerá tão logo, abre novos horizontes aos pensadores da área da Educação Universitária e aos agentes envolvidos diretamente no ambiente escolar-universitário.

Todavia, devido ao processo de globalização e mudanças de paradigmas na sociedade emergente, resultou uma terceira tendência em Educação, fruto da junção dos termos Mercado e Educação. Esta tendência justifica o modelo de Universidade que temos. O mesmo segue a lógica do mercado e propicia uma “universidade hierárquica” com chefes, comandados, clientes e planejamento estratégico, descartando a beleza do planejamento participativo, no qual docentes e discentes projetam e avaliam o processo de ensino-aprendizagem.

Perante esse cenário, o que é educação mesmo? O que é o ambiente onde ocorre a educação? Quem são os envolvidos nessa arte? Ela seria mero produto do mercado que ilude com a propaganda que ressalta: “a educação é salvação” e ou “a educação é a única forma de transformação da sociedade...”

É sabido que há a escola da vida e a que a vida passa pela Escola. Na escola da vida as experiências, que tem seu início no ventre, vai originando o ser humano. Quando a vida vai à escola, surgem as nomenclaturas professor, aluno, docente, discente, conhecimento, experiências, etc.

Após a educação básica, vem o *Uni-verso* da Universidade, resultando outras questões: O que é Universidade? Que professor é necessário na sala de aula? Como o professor universitário pode contribuir, de forma significativa, para a educação do universitário?

Todavia, perguntar pelo professor necessário é antes demasiadamente necessário conceituar que Universidade está disponível ao professor e ao aluno na atualidade. O que é perceptível na mídia e no dia-dia é a força do marketing, propagando a idéia de que Universidade é o ambiente em que ocorre o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciando a transmissão do saber com dinamismo técnico, com pesquisas diversas que resultam em grandes descobertas que complementam o próprio saber, e que nessas descobertas estão a solução aos problemas sociais, econômicos, clínicos, filosóficos, teológicos, políticos etc.

Pobre ilusão! A estrutura universitária está mais vinculada ao modelo econômico do que ao saber e à vida. Do próprio sistema financeiro sai a tese: “Educação é um excelente objeto de lucro!”. Daí os motivos da concorrência entre instituições e ou corrida pela busca do aluno-cliente, via mídia.

Destarte, o professor, doutor ou mestre, não está fora da lógica vigente, está mais mergulhado na preocupação com a estabilidade do que na busca do saber. O colega de colegiado e ou de departamento não é visto enquanto parceiro no ensino-pesquisa-extensão, mas como mais um concorrente.

d) O caminho da sabedoria

Uma das mais importantes descobertas no século XXI é a de que a inteligência não é um dom, mas um processo. Assim, cada um de nós desenvolve a inteligência aprendendo, inclusive aqueles que possuem limitações.

É preciso lembrar ocorreu um processo de luta pela democratização do conhecimento. Mulheres, negros e pobres foram sempre relegados. Uma entre tantas lutas lideradas pelas mulheres na busca de seus direitos foi pelo acesso à educação.

O processo de aprendizagem deve responder aos desafios das diferenças. Só o ensino que leva em conta essas condições pode, de fato, responder à realidade social e ser reabilitador do pleno exercício da dignidade humana. A sala de aula deve ser o espaço de encontro da diversidade, do respeito às diferenças culturais, religiosas, políticas, raciais e outras e jamais um mero espaço teatral no qual o professor acha que ensina e o aluno acha que aprende.

A educação indenizatória, por outro lado, não consiste em propiciar apenas, em seu esforço de compensação, o acesso a patamares do passado, já superados: busca, sim, propiciar acesso aos conhecimentos que atendam às necessidades surgidas com o progresso da ciência, da tecnologia e com a sociedade de direitos. Não basta conhecermos nossa língua, nossa história, as operações matemáticas e arte de processar alguém. Conviver no mundo pós-moderno exige a aprendizagem de novas habilidades como cidadania, ética e limitação do humano.

Deparamos, neste início de século com a possibilidade de transformar o espaço de aprendizagem na Universidade num campo fértil para a assimilação do direito e dos deveres com equidade. Isso significa tornar a Universidade um espaço digno, bem conservado, equipado, onde alunos e educadores se sintam respeitados e valorizados. Um espaço em que os alunos possam expressar sua cultura, o aprendizado faça sentido para compreender o mundo em que vivem e contribua para torná-los protagonistas de uma sociedade em que a inclusão constitua um padrão de dignidade exigido para todos.

O processo educativo deve ter um compromisso com a mudança social. Esta perspectiva coloca-nos em franca oposição política educacional e orientação pedagógica hoje vigentes no ambiente universitário, as quais ainda fazem desse processo um instrumento de perpetuação das desigualdades educacionais.

Para transformar o mundo - em um melhor lugar para homens e mulheres - é preciso uma educação cidadã responsável e comprometida com a transformação social. Na

maioria das vezes, a Universidade caminha na direção contrária. A mesma deve atender as exigências do mundo atual, garantindo igualdade e dignidade na diferença.

NOTAS

- ¹ ELIADE, M. *Mito e realidade*, p. 11.
- ² Os hebreus eram nômades no deserto, não tinham o conceito de cidade. Quem vive no deserto não pensa a felicidade nos conceitos micro e macro econômico, mas cria a utopia do Jardim, do Paraíso. Cf. METZGER, Martim. *História de Israel*, p. 19-24.
- ³ BULFINCH, T. *O livro de ouro da mitologia: história de deuses e heróis*, p. 15.
- ⁴ ALLAN, D. J. *A filosofia de Aristóteles*, p. 152.
- ⁵ BANDEIRA, M. *Libertinagem estrela da manhã*, p. 87.
- ⁶ ROVIGHI, Sofia Vanni. *História da filosofia contemporânea*, p. 111.
- ⁷ ROVIGHI, Sofia Vanni. *História da filosofia contemporânea*, p. 279.
- ⁸ SARTRE, J. P. *O existencialismo é humanismo*, p. 16.
- ⁹ KELSEN, Hans, *apud* BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*, p. 220.
- ¹⁰ COELHO, Fabio Ulhoa. *Para entender Kelsen*, p. 24.
- ¹¹ REALE, Miguel. *O direito como experiência: introdução à epistemologia jurídica*, p. 31.
- ¹² GOLDMANN, Lucien. *La burguesia y la ilustración*, p. 122-123.

REFERÊNCIAS

- ALLAN, D.J. *A filosofia de Aristóteles*. Lisboa: Presença, 1970.
- BANDEIRA, M. *Libertinagem estrela da manhã*. 23. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- BULFINCH, T. *O livro de ouro da mitologia: história de deuses e heróis*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- COELHO, Fabio Ulhoa. *Para entender Kelsen*. São Paulo: Max Limonad, 1997.
- ELIADE, M. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectivas, 1972.
- GOLDMANN, Lucien. *La burguesia y la ilustración*. Caracas: Monte Ávila, 1967.
- KELSEN, Hans, *Apud* BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Porto Alegre: Campos, 2000.
- LEITE, D. & MOROSINI, M.. Universidade no Brasil: a idéia e a prática. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 73 (174). p. 242-254. Brasília, ma./ago. 1992.
- METZGER, Martim. *História de Israel*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

REALE, Miguel. *O direito como experiência: introdução à epistemologia jurídica*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

ROVIGHI, Sofia Vanni. *História da filosofia contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

SARTRE, J. P. *O existencialismo é humanismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SNYDERS, G. *Feliz na Universidade: estudo a partir de algumas biografias*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.